



Senhores acionistas,

No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A. vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.

Mensagem da Administração

O ano de 2013 foi especialmente desafiador para o Brasil, marcado especialmente pela elevada volatilidade nos mercados internacional e local.

O agronegócio brasileiro produziu uma safra recorde de grãos com elevada rentabilidade e aumento das áreas plantadas. O setor de fertilizantes no Brasil acompanhou este bom momento, registrando 31,1 milhões de toneladas, o maior volume de entregas da história.

Atendendo as mais variadas culturas em praticamente todas as regiões produtoras do país, a Heringer obteve um faturamento líquido de R\$ 5,4 bilhões, com um volume entregue de 5,0 milhões de toneladas de fertilizantes aos seus clientes.

No que se diz respeito aos investimentos, a Companhia inaugurou sua 21ª unidade de mistura de fertilizantes em Cubatão/SP, com capacidade de 130 mil toneladas/ano.

A Companhia desenvolve suas atividades visando, além do atendimento aos clientes com produtos de qualidade, difundir as melhores práticas de adubação, baseada na proteção ambiental e possibilitando expandir a produção e aumentar a renda dos agricultores.

Os produtos especiais desenvolvidos pela Heringer proporcionam resultados agrônomicos superiores, aliados a um atendimento personalizado aos clientes, têm contribuído para o crescimento da participação no mercado brasileiro de fertilizantes e para a melhoria da competitividade, ao viabilizar a venda de produtos de maior valor agregado. Em 2013, mantendo seus investimentos em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos especiais, a Heringer lançou novos produtos na Linha Foliar.

Em 2013, foi divulgado o segundo Relatório de Sustentabilidade, uma oportunidade de aumentar o engajamento de todos nas questões envolvendo a sustentabilidade, além da divulgação dos indicadores, metas a serem alcançadas e das realizações da Companhia nos âmbitos econômico, social e ambiental. Outro passo importante para promover o desenvolvimento sustentável e incentivar a prática da responsabilidade socioambiental nos negócios da Companhia foi a adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

Para 2014, a expectativa é que o mercado brasileiro de fertilizantes deva atingir um volume de entregas de 32,1 milhões de toneladas, pautado pela manutenção da boa relação de troca de fertilizantes versus commodities agrícolas e pela condição favorável de crédito para a agricultura.

Perfil e Estrutura Organizacional

Há 45 anos no mercado, a Fertilizantes Heringer S.A., com sede na cidade de Viana, no estado do Espírito Santo, é uma das Companhias nacionais pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes.

A Heringer teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos especiais, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

A Companhia opera através de 21 unidades de misturas, distribuídas nas principais regiões de consumo do Brasil e de 2 escritórios comerciais, além de possuir uma unidade de produção de ácido sulfúrico e produção de super-fosfato simples (SPS).

Possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais através de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio.

Como passo importante para seu crescimento e modernização, a Heringer abriu seu capital no mercado ingressando no Novo Mercado da Bovespa em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3.



Perspectivas

Em 2014, a expectativa da Agroconsult é de um aumento de área plantada da ordem de 1,5 milhão de hectares na safra 2014/15 e de contínuo investimento por parte dos produtores na busca de novos ganhos de produtividade em suas lavouras.

A Conab prevê que a produção brasileira de grãos na safra 2013/14 deverá atingir 193,6 milhões de toneladas, 3,6% superior a de 2012/13.

Ainda de acordo com a Agroconsult, o Brasil deverá colher, pelo segundo ano consecutivo, o maior volume de soja de sua história – 90,8 milhões de toneladas - aumento de 10% sobre a safra 2012/13. A área plantada aponta para um crescimento de 7% em relação à passada, alcançando 29,7 milhões de hectares. As altas temperaturas na região Sudeste do Brasil podem reduzir a produtividade da soja nesta área, porém na região do Mato Grosso, maior produtor de soja do país, a produtividade deve ficar dentro do esperado.

A projeção para a primeira safra de milho (verão) é de 32,1 milhões de toneladas, queda de 8% em relação à safra 2012/13 e em área deve ser de 6,4 milhões de hectares, redução de 6% sobre a safra passada, e será a menor safra desde 2005/06. Para o milho de segunda safra (safrinha), a produção estimada é de 44,2 milhões de toneladas, uma queda de 7% em comparação à safra passada, e a área plantada permanece praticamente inalterada em 9,2 milhões de hectares (+3% sobre 2012/13). A escassez de chuvas nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 pode ter comprometido parte da atual safra de milho (verão).

Para a cana, a Agroconsult projeta uma nova safra recorde para a região Centro-Sul, com potencial de atingir 630 mmt, 5,9% maior que a safra 2013/14, porém a produtividade média da região poderá ser comprometida pela falta de chuvas nas regiões produtoras mais importantes do Brasil, uma vez que as chuvas de verão são essenciais para o crescimento da cana que será colhida a partir de abril, na safra 2014/15.

A menor remuneração dos produtores de café na última safra reduziu os investimentos na cultura, mas a expectativa da Agroconsult é a de que o mercado continue a crescer, embora a taxas menores. Um fator a ser destacado nesta safra são as possíveis perdas em decorrência da seca e das altas temperaturas. Em Minas Gerais, Estado responsável por cerca de metade da safra brasileira de café, as perdas devem ser de cerca de 20%, de acordo com a Fundação ProCafé. A estagem também pode trazer prejuízos à cafeicultura do Espírito Santo, segundo maior produtor nacional do grão e o maior da espécie robusta (conilon), a queda de produção neste Estado pode ser de 20% na produção ante a estimativa inicial de 12 milhões a 12,5 milhões de sacas (arábica e conilon) em 2014/15. Diante disso, o preço do café tem subido de forma importante em relação ao segundo semestre de 2013.

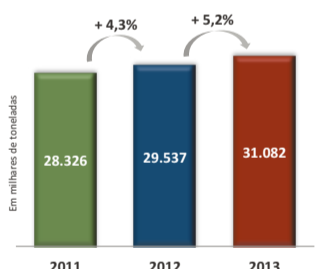
Em 2014, as entregas de fertilizantes no Brasil devem atingir 32,1 milhões de toneladas, volume 3,2% superior ao de 2013.

O grande desafio do agronegócio brasileiro deve continuar sendo a logística para escoamento da produção agrícola. As importações de fertilizantes devem continuar aquecidas, uma vez que o incremento da produção nacional tende a continuar atendendo cerca de 30% da demanda total brasileira, o que não é suficiente para suprir o crescimento do mercado.

De acordo com a IFA (Fertilizer Outlook 2013-17, Heffer and Prud'homme), a demanda global de fertilizantes em 2014 crescerá cerca de 2,4% em relação a 2013, para 180,5 milhões de toneladas de nutrientes, sendo 2,3% a mais no nitrogênio (110,1 milhões de toneladas de nutrientes), 2,2% a mais no fósforo (41,2 milhões de toneladas de nutrientes) e 2,7% a mais no potássio (29,3 milhões de toneladas de nutrientes).

Mercado Brasileiro

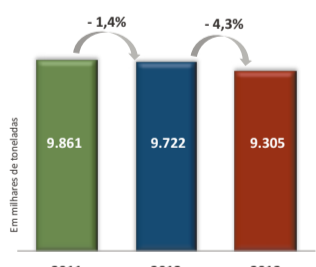
Em 2013 o mercado brasileiro de fertilizantes cresceu de 5,2% em relação ao ano anterior, atingindo 31,1 milhões de toneladas. Esta demanda foi consequência da safra recorde de grãos, da elevada rentabilidade e do aumento das áreas plantadas.



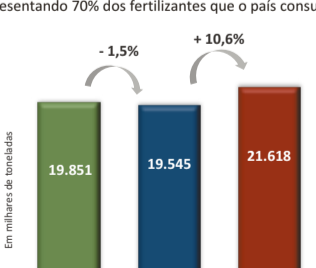
As entregas de fertilizantes nitrogenados (N) cresceram 7,7%, passando de 3,4 milhões de toneladas em 2012 para 3,7 milhões toneladas em 2013. Os fosfatados (P2O5) registraram alta de 7,3%, passando de 4,3 milhões toneladas em 2012 para 4,6 milhões toneladas em 2013. Os potássicos (K2O) também cresceram 5,2%, passando de 4,8 milhões toneladas em 2012 para 5,1 milhões toneladas em 2013.

Dentre os fatores que contribuíram para o volume recorde, destaca-se a melhora na adubação média de culturas importantes como soja e cana.

Embora o mercado brasileiro de fertilizantes em 2013 tenha sido marcado pelas entregas recordes, a produção nacional de 9,3 milhões de toneladas foi 4,3% inferior a de 2012. A queda na produção dos fertilizantes nitrogenados foi de 5,2%, nos fosfatados de 3,6% e nos potássicos de 10,4%.



Como a produção local de fertilizantes não tem sido suficiente para suprir a demanda brasileira, as importações de matérias primas de fertilizantes tem crescido nos últimos anos para atender essa demanda. Em 2013, as importações de fertilizantes intermediários atingiram o recorde de 21,6 milhões de toneladas, com um aumento de 10,6% em relação a 2012, representando 70% dos fertilizantes que o país consome.



Os estoques de passagem tecnicamente tem se mantido em linha nos últimos anos. Em 2011 foram de 5,1 milhões de toneladas, passando para 4,9 milhões de toneladas em 2012 e encerrando 2013 com 5,0 milhões de toneladas. Os números mostram uma estabilidade no volume dos estoques de passagem no mercado brasileiro de fertilizantes nos últimos três anos, adequados à demanda do período. A relação estoque/uso apresentou ligeira queda em 2013, atingindo 16,1% contra 16,6% de 2012.



Fonte: Andar/Heringer

Entregas - Heringer

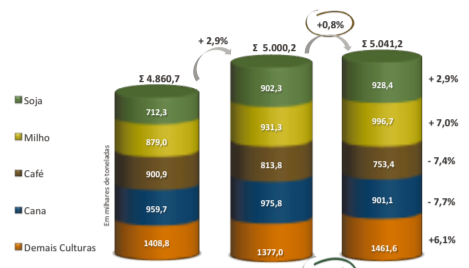
As entregas da Heringer para a cultura de soja em 2013 foram marcadas por dois momentos opostos. No 2T13 houve redução das entregas em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da alta demanda por fertilizantes em regiões onde a Companhia possui menor participação de mercado. No 4T13 a Companhia teve uma boa participação nas entregas para soja, 49,2% superiores às do mesmo período de 2012, aproveitando-se de uma melhor logística para atendimento aos agricultores que apresentaram demanda de última hora.

Em relação ao milho, o Brasil produziu 82 milhões de toneladas em 2013, sendo 47 milhões de toneladas de milho safrinha e 35 milhões de toneladas na safra de verão. As exportações brasileiras atingiram o recorde de 26,6 milhões de toneladas em 2013, ocupando o espaço deixado pelos EUA e se posicionando como o maior exportador mundial de milho na safra 2012/13. O crescimento nas entregas no ano foi pautado pelo ambiente favorável de preços e de lucratividade que incentivou um aumento expressivo no plantio da safrinha, de 1,38 milhões ha. A Heringer entregou 7,0% a mais para esta cultura em 2013 do que em 2012, atingindo um volume de 996,7 mil toneladas.

A queda na participação de entregas para a cana ocorreu em função de um período de menor rentabilidade, tanto para o açúcar como para o etanol, reduzindo assim nossa exposição para essa cultura no ano de 2013.

A grande disponibilidade de café por parte dos principais países produtores provocou uma mudança significativa no balanço mundial de oferta e procura para essa cultura, exercendo forte pressão sobre os preços em 2013, que apresentaram quedas sucessivas durante todo o ano. No 4T13, as cotações atingiram os menores níveis em seis anos. O indicador Cepea/Esalo para o Café Arábica registrava no início de 2013 R\$ 350/saca, finalizando o ano a R\$ 273/saca, 25% inferior. Para o Robusta a variação foi de -10%, registrando no início do ano R\$ 267/saca e no final R\$ 222/saca. Diante deste cenário, a fim de reduzir os custos da produção, muitos cafeicultores reduziram de três para duas as adubações anuais, impactando nas entregas da Companhia para essa cultura.

Um dos fatores importantes para a manutenção da rentabilidade agrícola em 2013 foi a valorização do dólar diante do real, de 15%, que tornou as exportações de commodities agrícolas mais competitivas, aumentando a renda do produtor e viabilizando os investimentos na agricultura.



Econômico Financeiro

Em 2013, o volume entregue foi de 5.041,2 mil toneladas, 0,8% superior ao volume de 2012, que foi de 5.000,2 mil toneladas, o que fez com que a receita líquida ficasse em R\$ 5.427,9 milhões, superior em 1,8% a de 2012, que foi de R\$ 5.330,7 milhões.

O CPV de 2013 foi de R\$ 4.776,7 milhões um pouco superior ao de 2012 de R\$ 4.749,4 milhões. O percentual sobre a receita líquida de 2013 foi de 88,0%, inferior ao percentual de 2012, de 89,1%.

O lucro bruto em 2013 foi de R\$ 651,3 milhões, superior em 12,0% ao de 2012 que foi de R\$ 581,2 milhões. A margem bruta em 2013 foi de 12,0%, superior a de 2012 que foi de 10,9%.

Fretes e comissões foram de R\$ 256,4 milhões em 2013, representando 4,7% da receita líquida, contra R\$ 232,2 milhões de 2012, 4,4% da receita líquida.

As despesas VG&A (sem fretes e comissões) foram de R\$ 184,7 milhões, representando 3,4% da receita líquida, enquanto em 2012 representaram 2,9% e foram de R\$ 155,9 milhões. Este aumento se deu principalmente pelos dissídios coletivos da categoria e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

É importante salientar que o percentual das despesas VG&A (sem fretes e comissões) também é impactado pela oscilação do preço médio de vendas e pelo volume.

O EBITDA de 2013 foi de R\$ 267,9 milhões, representando uma margem de 4,9%, enquanto em 2012 foi de R\$ 246,8 milhões com margem de 4,6%.

As despesas financeiras líquidas em 2013 foram de R\$ 273,5 milhões. Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente), entre outras, no valor de R\$ 80,1 milhões, variação cambial negativa de R\$ 226,3 milhões e receitas com operações de hedge, no valor de R\$ 32,9 milhões.

A Heringer mantém uma política de hedge que visa mitigar o risco cambial sobre o passivo em dólar oriundo de importações de matérias-primas. Em 31/12/2013, a Heringer possuía uma posição de hedge, através de contratos de swaps, de USD 435,5 milhões, com uma taxa média ponderada de 2,2420.

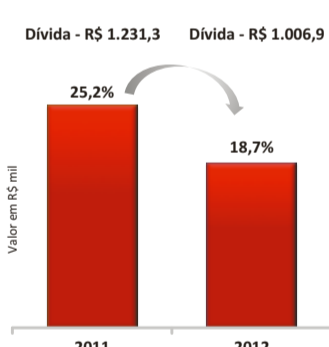
O resultado líquido em 2013 foi negativo em R\$ 33,9 milhões, enquanto em 2012 foi negativo em R\$ 2,5 milhões. O resultado de 2013 foi impactado pela forte desvalorização do real frente ao dólar ocorrida no ano. Em 2013, essa desvalorização foi de 15%, dos quais 6,5% ocorreu somente nos últimos dois meses do ano.

	2013	%RL	2012	%RL	Δ%13/12
Volume (em toneladas)	5.041.196	-	5.000.250	-	0,8%
Receita Líquida	5.427.935	100,0%	5.330.657	100,0%	1,8%
CPV	(4.776.665)	-88,0%	(4.749.389)	-89,1%	0,6%
Lucro Bruto	651.270	12,0%	581.268	10,9%	12,0%
Fretes e Comissões	(256.477)	-4,7%	(232.241)	-4,4%	10,4%
VG&A (sem fretes e comissões)	(184.733)	-3,4%	(155.878)	-2,9%	18,5%
EBITDA	267.895	4,9%	246.771	4,6%	8,6%
Rec./ (Disp.) Fin. Líquida	(47.201)	-0,9%	(99.319)	-1,9%	-52,5%
Variação Cambial Líquida	(226.261)	-4,2%	(110.354)	-2,1%	105,0%
Resultado Líquido	(33.904)	-0,6%	(2.466)	0,0%	1274,9%

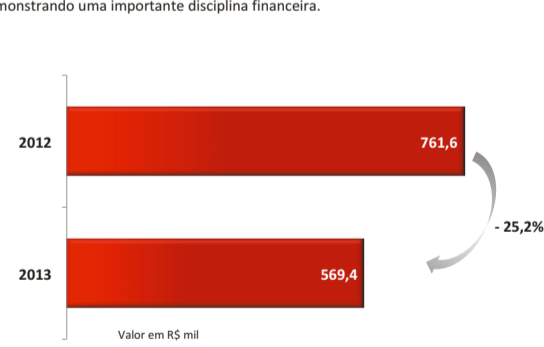
	Distribuição de Fertilizantes		Produção de SSP e Ácido Sulfúrico		Total Heringer	
	2013	%RL	2012	%RL	2013	2012
Receita Líquida	5.427.935	100,0%	5.307.465	100,0%	-	0,0%
CPV	(4.750.915)	-87,5%	(4.721.585)	-89,0%	(25.750)	-100,0%
Lucro Bruto	677.020	12,5%	585.880	11,0%	(25.750)	-100,0%
Fretes e Comissões	(256.477)	-4,7%	(232.241)	-4,4%	-	0,0%
VG&A	(184.733)	-3,4%	(155.878)	-2,9%	-	0,0%
EBITDA	281.811	5,2%	262.689	4,9%	(13.916)	-100,0%

Indicadores Financeiros e Gestão de Risco de Capital

O percentual do total da dívida em relação ao faturamento bruto de 2013 foi de 18,7%, valor bastante inferior ao estipulado pelo Conselho da Administração como teto para o ano, que era de 40%. Este percentual havia sido de 25,8% no ano anterior, o que demonstra uma boa gestão de risco de capital.

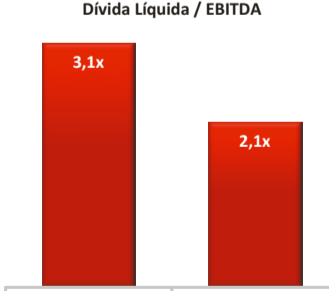


A dívida líquida atingiu R\$ 569,3 milhões em 2013, uma queda de 25,2% em relação a 2012, que foi de R\$ 761,6 milhões, demonstrando uma importante disciplina financeira.



O indicador endividamento líquido/EBITDA foi o segundo melhor da história da Companhia. A redução da dívida líquida e o crescimento de 8,6% do EBITDA de 2013 em relação ao de 2012, foram responsáveis pela queda da alavancagem financeira medida pela relação dívida líquida/EBITDA, que passou de 3,1x para 2,1x.

Dívida Líquida / EBITDA



Em 2013, a Heringer fez a sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, totalizando R\$ 260,0 milhões, com o intuito de utilizar os recursos da emissão para capital de giro na produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários, em linha com seu plano de negócios.

Também em 2013, a Companhia incorporou sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A com o intuito de minimizar custos operacionais, eliminando controles administrativos e contábeis, melhorando e simplificando a estrutura societária atual, trazendo consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira, permitindo aproveitamento dos seus recursos.

Market Share

No ano de 2013 o market share atingiu 16,2% contra 16,9% de 2012. Os fatores desta redução foram a menor participação da Heringer nas vendas para a cultura de soja no 1S13, uma menor demanda de fertilizantes para a cultura do café, na qual a Companhia possui grande participação, e uma menor exposição a cultura de cana de açúcar.

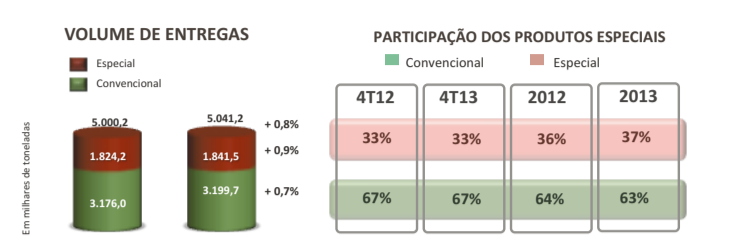


Investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, a Heringer possuía o montante de R\$ 485,4 milhões em imobilizado, investimentos e intangível.

Inovação e Tecnologia

Em 2013, o nosso volume de vendas foi de 5.041,2 mil toneladas, acima do de 2012 que atingiu 5.000,2 mil toneladas. Deste volume, 37% foram vendas de produtos especiais, que são fertilizantes em grande parte exclusivos da Heringer, que possuem características agrônomicas superiores aos padrões de mercado e que contribuem para a melhoria das margens e também para a fidelização dos nossos clientes. A receita líquida também foi superior a de 2012 em 1,8%, atingindo R\$ 5.427,9 milhões.



A Heringer continua realizando investimentos em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos que possam vir a ser agregados ao portfólio de produtos especiais. A Companhia detém hoje um dos maiores portfólios de produtos especiais do mercado, sendo que grande parte destes produtos possuem tecnologia desenvolvida internamente.

O importante crescimento nas vendas dos produtos especiais da Heringer no decorrer dos últimos anos tem sustentado os bons resultados agrônomicos possuídos pelos clientes. A Companhia possui três linhas de produtos especiais: Linha Solo, Linha Ferritrigal e Linha Foliar.

Em 2013, a Heringer lançou novos produtos na Linha Foliar, que é composta por fertilizantes produzidos com sais altamente solúveis e de elevada pureza, que age corrigindo as deficiências nutricionais, permitindo buscar altas produtividades.

Os produtos especiais são fertilizantes em grande parte exclusivos da Heringer que possuem características agrônomicas superiores aos padrões de mercado.

Com o intuito de gerar e divulgar dados técnicos para os agricultores e pecuaristas, a Heringer mantém três centros de estudo e pesquisa, um dedicado a cultura do café e outro ao manejo de pastagens. Os resultados gerados nestes centros permitem o desenvolvimento de relacionamentos mais fortes com produtores rurais, bem como um respaldo técnico para a comercialização dos produtos especiais da empresa.

CEPEC – Centro Experimental de Extensão e Pesquisa Cafeeira Eloy Carlos Heringer. Uma iniciativa da Heringer em parceria com o MAPA, situado em Martins Soares - MG, desde 1994, é considerado referência nacional em desenvolvimento tecnológico para a cafeicultura de montanha, recebendo anualmente aproximadamente 1000 produtores rurais e técnicos em suas reuniões sobre resultados de pesquisas.

CEMAP – Centro de Manejo e Adubação de Pastagens. Localizado no município de Viana - ES promove visitas e reuniões com agricultores, pesquisadores, pecuaristas e técnicos, com objetivo de difundir os resultados e conhecimentos ali gerados. O centro possui uma extensa área de pastagem, que é destinada ao sistema de produção e que simula a realidade do campo. São testados diferentes níveis de adubação em diferentes espécies forrageiras para conhecimento e demonstração da exigência nutricional de cada uma. Sob a coordenação de um Supervisor de Pesquisa, desde sua criação, o CEMAP recebe constantemente visitantes, entre eles pesquisadores, universidades, produtores e toda a rede de representantes da Heringer do Brasil e divulga seus trabalhos em todos os estados brasileiros.

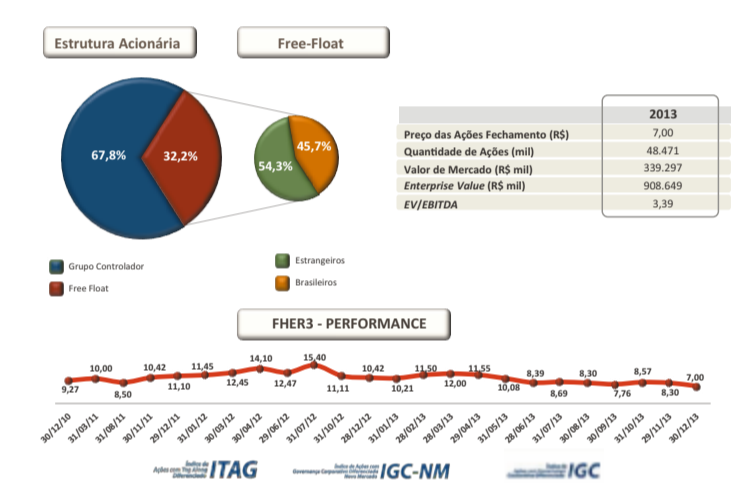
CEAGRO – Centro de Estudos do Agronegócio. Localizado no município de Vila Velha - ES é um dos pilares do trabalho de excelência realizado pela Fertilizantes Heringer, com uma estrutura disponível para estudar e desenvolver novas técnicas agrícolas. O CEAGRO, o qual é sede de importantes eventos desde 2004, vem mantendo um calendário movimentado de conferências e encontros, reunindo profissionais (diretores, técnicos e empresários) de diversos ramos do agronegócio.

Mercado de Capitais e Relações com Investidores

Atualmente, a FHER3 é a única empresa de fertilizantes listada na BM&FBOVESPA, tornando-se uma oportunidade atrativa para investimento.

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), desde abril de 2007 sob o código FHER3. A Heringer participa dos índices ITAG, IGC e IGC.M.

Pelos seus bons fundamentos, a Heringer possui um significativo potencial de crescimento num mercado competitivo, vendas geograficamente equilibradas, base de clientes diversificada, foco nas vendas para o varejo, adequada estrutura logística e de distribuição, marca altamente reconhecida, amplo portfólio de produtos especiais, gestão sólida, entre outras.



Direito dos Acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e a qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanesce após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante que seria destinado à reserva de lucros-incentivos fiscais, no valor de R\$ 23.351 mil, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.4

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	437.520	469.685	Fornecedores	16	1.151.585	964.020
Contas a receber de clientes	5	655.543	639.499	Empréstimos e financiamentos	17	820.174	1.228.183
Estoques	6	691.864	851.929	Salários e encargos sociais	22	22.944	20.561
Tributos a recuperar	7	142.021	148.121	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	8.393
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.a	-	39.759	Tributos a recolher	18	9.388	9.850
Instrumentos financeiros derivativos	10	19.314	-	Adiantamentos de clientes	10	241.617	180.905
Outros ativos	8	57.716	70.316	Instrumentos financeiros derivativos	10	1.647	24.684
		2.003.978	2.219.309	Demas contas a pagar		49.913	71.894
						2.296.518	2.508.490
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber de clientes	5	1.239	2.126	Empréstimos e financiamentos	17	186.698	3.103
Tributos a recuperar	7	216.480	137.537	Provisão para contingências	18	5.008	1.497
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.a	54.468	-	Tributos a recolher	18	67.993	70.722
Bens destinados à venda	13	4.244	3.740	Demas contas a pagar		3.238	6.153
Outros ativos	8	4.011	-			262.937	81.475
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	56.973	37.729			2.559.455	2.589.965
Créditos tributários adquiridos	18	146.467	131.087	Total do passivo			
Dépósitos judiciais	12	23.232	22.163	Patrimônio líquido	19	-	-
Investimentos	14	21	7.706	Capital social		448.746	448.746
Imobilizado	14	477.477	492.065	Ajuste de avaliação patrimonial		44.497	45.584
Intangível	15	7.917	7.649	Prejuízos acumulados		(56.000)	(23.184)
		992.720	841.802	Total do patrimônio líquido		437.243	471.146
Total do ativo		2.996.698	3.061.111	Total do passivo e patrimônio líquido		2.996.698	3.061.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012		Nota	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				Lucro líquido (prejuízo) do exercício			
Outros resultados abrangentes		(33.904)	(2.466)	Outros resultados abrangentes		(33.904)	(2.466)
Total dos resultados abrangentes do exercício		(33.904)	(2.466)	Total dos resultados abrangentes do exercício		(33.904)	(2.466)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011		448.746	46.699	(21.833)	473.612
Prejuízo do exercício		-	-	(2.466)	(2.466)
Realização de custo atribuído, líquido de tributos		-	(1.115)	1.115	-
Em 31 de dezembro de 2012		448.746	45.584	(23.184)	471.146
Prejuízo do exercício		-	-	(33.904)	(33.904)
Realização de custo atribuído, líquido de tributos		-	(1.087)	1.088	1
Em 31 de dezembro de 2013		448.746	44.497	(56.000)	437.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012		2013	2012
Valor adicionado total a distribuir			Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do valor adicionado			Distribuição do valor adicionado		
Pessal			Pessal		
Remuneração direta		127.646	Remuneração direta		112.413
Benefícios		8.345	Benefícios		33.941
FGTS		176.869	FGTS		176.869
		312.860			323.223
Impostos, taxas e contribuições			Impostos, taxas e contribuições		
Federais		32.187	Federais		39.595
Estaduais		31.587	Estaduais		22.622
Municipais		919	Municipais		622
		64.693			62.839
Remuneração de capitais de terceiros			Remuneração de capitais de terceiros		
Juros		561.266	Juros		488.055
Aluguéis		12.403	Aluguéis		9.770
Outras		17.914	Outras		14.965
		591.583			512.790
Remuneração de capital próprio			Remuneração de capital próprio		
Lucro retidos (prejuízo)		(33.904)	Lucro retidos (prejuízo)		(2.466)
		(33.904)			(2.466)
Total do valor distribuído		799.241	Total do valor distribuído		727.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	21	5.427.935	5.330.657
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(4.776.665)	(4.749.389)
Lucro bruto		651.270	581.268
Despesas e receitas operacionais			
Com vendas	22	(349.600)	(303.589)
Gerais e administrativas	22	(91.609)	(84.530)
Outras receitas operacionais, líquidas		10.228	8.566
		(430.981)	(379.553)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		220.289	201.715
Variação cambial, líquida	23	(226.261)	(110.354)
Despesas financeiras	24	(311.618)	(268.787)
Receitas financeiras	24	264.412	169.466
		(273.467)	(209.673)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(53.173)	(7.958)
Imposto de renda e contribuição social	9.c	19.269	5.492
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(33.904)	(2.466)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)		48.471	48.471
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação	20	(0,6995)	(0,0509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.472.821	5.368.199
Outras receitas	15.268	14.142
Receitas relativas à construção de ativos próprios	12.704	8.335
Constituição, reversão e recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(12.477)	3.667
	5.488.316	5.394.613
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(4.537.721)	(4.536.286)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(433.092)	(395.076)
Perda/recuperação de valores ativos	(11.416)	(16.022)
Outras	(223)	(753)
	(4.982.452)	(4.948.137)
Valor adicionado bruto	505.864	446.476
Depreciação e amortização	(47.606)	(45.056)
Valor adicionado líquido produzido	458.258	401.420
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	449	(2.640)
Receitas financeiras	339.926	328.057
Outras	608	299
	340.983	325.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968.

A Companhia possui atualmente 21 unidades de mistura, distribuídas nas regiões sudeste, centro oeste, sul e nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados nas cidades de Luiz Eduardo Magalhães, Estado da Bahia e Itatinga, Estado do Paraná, e 1 armazém no porto em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Ressaltando ainda que, em Paranaguá, Estado do Paraná, além de uma unidade de mistura acima indicada, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e de Super Fosfato Simples ("SSP").

A Companhia, em 4 de janeiro de 2012, adquiriu a totalidade das quotas da Sociedade Maxifertil Fertilizantes Ltda. ("Maxifertil"). A Maxifertil está instalada no município de Porto Alegre - RS e seu parque fabril tem capacidade produtiva nominal de 30.000 toneladas por mês, capacidade semelhante à da filial de Porto Alegre que operava em fábrica alugada e encerrou suas atividades, passando a produção desta para a unidade industrial adquirida. A aquisição foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, a Maxifertil foi incorporada pela Companhia.

Em 27 de dezembro de 2013 a Companhia incorporou sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A. com o intuito de minimizar custos operacionais, eliminando controles administrativos e contábeis, melhorando e simplificando a estrutura societária atual, trazendo consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira, permitindo aproveitamento dos seus recursos. Por ser uma subsidiária integral, o acervo líquido incorporado no montante de R\$ 19.478 não gerou impacto no patrimônio líquido da Companhia nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa, admitidas no Novo Mercado da B3 e FÓRTEVESPA (FHER3).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis**2.1. Base de preparação**

Conforme mencionado na Nota 1, em 27 de dezembro de 2013 a Companhia incorporou sua subsidiária integral Logfert, deixando de ter a necessidade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. A aquisição de Logfert e a incorporação da subsidiária passaram a transitar unicamente na Fertilizantes Heringer S.A. Adicionalmente, considerando a imaterialidade das transações da Logfert, originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu que a apresentação das demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. melhor representa qualitativamente as informações financeiras comparativas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado - DVA em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou o benefício fiscal relativo à redução do ICMS, originalmente registrado na rubrica outras receitas operacionais, nos montantes de R\$ 23.192 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reclassificadas para a rubrica receita operacional líquida, assim como os depósitos judiciais anteriormente contabilizados em Contingências no montante de R\$ 251 foram reclassificados para linha específica de depósitos judiciais. Essas reclassificações não causaram impactos no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012 ou nos resultados do exercício, fluxos de caixa ou valores adicionados para o exercício findo naquela data.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probenístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a cobrar, contas a receber de clientes, outros ativos de caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

(ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período que os ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

(iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as partes tomadoras estejam em falência ou outro tipo de reorganização financeira, de fato ou a prazo de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com defaults.

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação a perda por redução ao valor recuperável.

(j) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

(k) Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

(l) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e cuja receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações sob a qual a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (1) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: (1) quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável seja revertido no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado,



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as movimentações da provisão para ajuste a valor de mercado foram como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	1.586	2.620
Constituição da provisão (i)	1.570	1.587
Utilização da provisão	(1.586)	(2.621)
Saldo final	1.570	1.586

(i) Registradas na rubrica custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013, e em 31 de dezembro de 2012, não existem itens de estoques dados em garantia.

7. Tributos a recuperar

	2013	2012
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	202.350	166.792
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	84.554	82.604
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii)	(8)	(11)
Programa de integração social - PIS (i)	36.909	32.926
IRRF sobre aplicações financeiras	34.696	3.347
	358.501	285.658
	(142.021)	(148.121)
	216.480	137.537

Circulante
Não circulante (i)

(i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 43.120, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2013, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. O montante registrado no ativo não circulante refere-se basicamente aos créditos de PIS e da COFINS, cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2015 a 2019.

(ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de Dezembro de 2013, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 5.427, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto às autoridades estaduais de São Paulo no montante de R\$ 8.442, e da Bahia no montante de R\$ 9.272. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia possui créditos de ICMS negociados para venda a terceiros com provisão para deságio no montante de R\$ 8 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2012).

8. Outros ativos

	2013	2012
Bonificações de compras (i)	14.751	43.279
Adiantamento a fornecedores	5.989	10.988
Ratios de importações (ii)	11.395	2.234
Adiantamentos a funcionários	1.317	1.345
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros (iii)	24.735	5.644
Contas a receber de parte relacionada (Nota 11.a)	100	1.953
Prêmios de seguros a apropriar	179	1.279
Comissões sobre adiantamento de clientes	2.520	1.490
Outros	741	2.104
	61.727	70.316
	(57.716)	(70.316)
	4.011	-

Circulante
Não circulante
(i) Refere-se a bonificações sobre compra de matéria prima no curso normal das operações da Companhia.
(ii) Refere-se às contas a receber de outras empresas de fertilizantes por conta de importações compartilhadas.
(iii) Refere-se às contas a receber principalmente da venda de caminhões no valor de R\$24.489.

9. Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2013	2012
Imposto de renda a recuperar (i)	46.159	34.702
Contribuição social a recuperar (i)	8.309	5.057
	54.468	39.759

(i) Em 13 de janeiro de 2012, a Companhia obteve a restituição de créditos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$79.712 cujo pedido de restituição tinha sido protocolado junto à Receita Federal do Brasil em 9 de abril de 2009.

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	2013	2012
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	88.167	62.212
Diferenças temporárias:		
Provisão para comissões sobre vendas	3.626	3.518
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	612	1.082
Provisão para contingências	1.703	509
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.715	927
Ajuste a valor presente	3.928	4.469
Provisão para ajuste ao valor de mercado	534	539
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	224
Perda não realizada com instrumentos financeiros	560	8.393
Outras diferenças temporárias	1.310	1.208
	104.406	83.081
Passivo:		
Ganho não realizado com instrumentos financeiros	(6.567)	-
Ajuste a valor presente	(4.109)	(9.359)
Imobilizado – custo atribuído (1)	(28.341)	(29.071)
Imobilizado – revisão da vida útil (2)	(5.317)	(4.549)
Outras	(3.099)	(2.373)
	(47.433)	(45.352)
	56.973	37.729

(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Baseada em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

Ano	2013
2014	10.588
2015	20.676
2016	24.755
2017	24.921
2018	23.468
	104.406

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Os ativos e passivos diferidos de diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a ser creditado quando do efetivo pagamento das referidas provisões, momento em que as mesmas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

(c) Conciliação da despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.173)	(7.958)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	18.079	2.706
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais e subvenções	1.686	4.004
Aplicação do Parecer Normativo OJ/11 retroativo a 2010	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	153	(898)
Ágio na aquisição de empresa incorporada	467	-
Baixas definitivas de duplicatas incobráveis	(184)	(84)
Saldo Incorporado da Logfert	(355)	-
Outras	(577)	(237)
	19.269	5.492

Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios:

Corrente	-	(16.104)
Diferido	19.269	21.596
	19.269	5.492

Alíquota efetiva dos tributos

	36%	69%
--	-----	-----

14. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Outros	Total em operação	Imobilizações em andamento	Adiantamento a fornecedor de ativo fixo	Total
Em 1 de janeiro de 2012	48.340	213.238	166.962	4.651	3.489	3.434	762	440.876	20.951	10.691	472.518
Incorporação da Maxifertil	8.376	6.358	4.032	51	35	29	25	18.906	-	-	18.906
Aquisições	-	-	4.547	934	1.514	1.363	540	8.898	23.990	15.906	48.794
Baixas (i)	-	(354)	(2.872)	(40)	(319)	(30)	(119)	(3.734)	(360)	-	(4.094)
Depreciação e amortização	-	(5.341)	(35.298)	(716)	(1.198)	(1.361)	(145)	(44.059)	-	-	(44.059)
Transferências	1.732	4.025	37.277	74	-	295	-	43.403	(17.475)	(25.928)	-
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065
Incorporação da Logfert	-	-	-	4	-	4	-	8	-	-	8
Aquisições	241	-	2.784	925	1.940	738	644	7.622	42.269	-	54.065
Baixas (i)	(10)	(2.100)	(19.047)	(9)	(422)	(49)	(402)	(22.039)	-	(2)	(22.041)
Depreciação e amortização	-	(7.370)	(35.561)	(839)	(1.259)	(1.369)	(222)	(46.620)	-	-	(46.620)
Transferências	6.283	10.362	34.880	87	-	5	-	51.617	(46.416)	(5.201)	-
Em 31 de dezembro de 2013	64.962	218.818	157.704	5.122	3.780	3.049	1.083	454.518	22.959	-	477.477
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58.448	243.533	287.472	7.354	6.103	9.794	1.392	614.095	27.106	669	641.871
Custo	-	-	(25.607)	(2.400)	(2.582)	(6.064)	(329)	(149.806)	-	-	(149.806)
Depreciação e amortização	-	-	(112.824)	(2.400)	(2.582)	(6.064)	(329)	(149.806)	-	-	(149.806)
Valor residual líquido	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065
Saldo em 31 de dezembro de 2013	64.962	251.616	290.316	8.340	6.495	10.252	1.629	633.610	22.959	-	656.569
Custo	-	-	(32.798)	(3.218)	(2.715)	(7.203)	(546)	(179.092)	-	-	(179.092)
Depreciação e amortização	-	-	(132.612)	(5.122)	(3.780)	(3.049)	(1.083)	(454.518)	-	-	(477.477)
Valor residual líquido	64.962	218.818	157.704	5.122	3.780	3.049	1.083	454.518	22.959	-	477.477

Em 31 de dezembro de 2013, as imobilizações em andamento referem-se a: (i) ampliação nas unidades de Paranaguá-PR; (ii) construção da unidade de Candeias-BA; (iii) aquisição de terreno na unidade de Rondonópolis-MT; (iv) ampliação da unidade de Rio Verde-GO; e (v) construção de equipamento de fabricação de produtos especiais em Rosário do Catete-SE. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 4.650. Tais compromissos serão cumpridos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 142.711 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 66.143 em 31 de dezembro de 2012), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

Em 27 de dezembro de 2013 foi incorporado o montante de R\$ 8, referente aos ativos imobilizados da Logfert.

15. Intangível

	Software	Marcas e patentes	Ágio na aquisição da Maxifertil	Total
Em 31 de dezembro de 2012	5.150	-	2	5.152
Aquisição	598	-	-	2.897
Amortização	(996)	-	(2)	(998)
Em 31 de dezembro de 2012	4.752	-	-	2.897
Incorporação da Logfert	46	-	-	46
Aquisição	1.151	57	-	1.208
Amortização	(981)	(5)	-	(986)
Em 31 de dezembro de 2013	4.968	52	-	2.897

Saldo em 31 de dezembro de 2012

Custo total	16.991	-	34	2.897
Amortização acumulada	(12.239)	-	(34)	-
Valor residual líquido	4.752	-	-	2.897

Saldo em 31 de dezembro de 2013

Custo total	18.188	57	34	2.897
Amortização acumulada	(13.220)	(0,54)	(34)	-
Valor residual líquido	4.968	52	-	2.897

Taxas anual de amortização - %

	20	20
--	----	----

16. Fornecedores

	2013	2012
Contas a pagar no País	61.428	37.382
Contas a pagar no exterior	1.090.157	926.638
	1.151.585	964.020

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados para cada compra, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

(d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.918	(41.709)	22.209
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	674	674
Saldo de tributos diferidos registrado na Maxifertil na data base de incorporação	-	(5.688)	(5.688)
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	11.049	1.371	12.420
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício (1)	15.627	-	15.627
Efeito tributário sobre a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com lucro tributável do exercício (2)	(7.513)	-	(7.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	83.081	(45.352)	37.729
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos	-	730	730
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(4.630)	(2.811)	(7.441)
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	25.955	-	25.955
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104.406	(47.433)	56.973

(1) Refere-se aos tributos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurado no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2012 (data de incorporação da Maxifertil).

(2) Refere-se aos tributos diferidos sobre compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com o lucro tributável gerado no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2012.

10. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" são resumidos a seguir:

Posição ativa	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Curva do instrumento		Ganhos (perdas) incorridos no exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Moeda estrangeira	1.020.212	1.121.538	1.009.551	1.119.041	1.013.212	1.121.503	151.630	64.630
Moeda passiva								
Índice - CDI	1.020.212	1.121.538	(991.884)	(1.143.725)	(991.884)	(1.143.725)	(118.691)	(67.320)
	-	-	17.667	(24.684)	21.328	(22.222)	32.939	(2.690)

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 27).

(a) Descrição dos contratos

Os contratos de "swap" são realizados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detinha "swaps" de moeda no valor nominal total de R\$ 1.020.212 (R\$ 1.121.538 em 31 de dezembro de 2012), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses



(iv) Operações de "vendedor" e crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendedor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição do ativo para realização duvidosa. Do total de R\$ 27.148 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2013, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas correspondentes a 90% do valor financeiro.

(v) Cédulas de crédito industrial BNDES

Em 31 de dezembro de 2013, não havia linhas de crédito industrial BNDES tomadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012 foi liquidado em 2013.

(vi) Debêntures

31 de dezembro de 2013						
Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	Circulante	Não circulante
FHER12	26.000	6/5/2013	10.000	DI + 3,25% a.a.	89.300	260.993
					89.300	260.993

31 de dezembro de 2012						
Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	Circulante	Não circulante
FHER11	178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	123.827	123.827
FHER21	50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	34.782	34.782
					158.609	158.609

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía em circulação 228 debêntures, não conversíveis em ações, de emissão privada, com valor nominal de R\$ 1.000 cada e com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 4,50% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela, dessa forma, sendo o restante liquidado em 01 de fevereiro de 2013.

Adicionalmente, em 10 de maio de 2013, foram emitidas 26.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão privada, com valor nominal de R\$ 10.000 cada, conforme aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013 e em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 29 de abril e 7 de maio de 2013, integrantes da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A oferta foi dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

O montante total da 2ª emissão foi de R\$ 260.000. Essas debêntures são remuneradas de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 3,25% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros tem vencimento semestral a partir de novembro de 2013. O principal possui vencimento em três parcelas anuais, de igual valor, em 10 de novembro de 2014, de 2015 e de 2016.

Os custos de captação totalizaram R\$ 4.604 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado. Em 31 de dezembro de 2013, os custos de captação a amortizar era de R\$ 3.382, e serão amortizados conforme o cronograma de vencimento das debêntures.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros mensurados com base anual.

A garantia é a alienação fiduciária de imóveis correspondentes a 50% do valor total da emissão.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas.

(vii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2013	2012
2013	-	1.228.183
2014	820.174	785
2015	88.395	2.318
2016	89.009	-
2017	9.294	-
	1.006.872	1.231.286

(viii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo das debêntures, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 264.243(R\$ 159.273 em 31 de dezembro de 2012). O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.

(ix) Análise dos empréstimos e financiamentos por moeda

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	2013	2012
Reais	326.290	232.759
Dólares norte-americanos	680.582	998.527
	1.006.872	1.231.286

18. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para contingências era composta como segue:

Contingências de naturezas:	2013	2012
Tributárias	350	331
(-) Depósitos judiciais	(186)	(178)
Trabalhistas e previdenciárias	164	153
(-) Depósitos judiciais	(2.261)	(73)
Cíveis	589	944
(-) Depósitos judiciais	(1.808)	149
	1.808	149
	2.561	1.246
Total	5.008	1.497
Provisão para contingências	(2.447)	(251)
(-) Depósitos judiciais	2.561	1.246

(i) Movimentação da provisão para contingências

	2013	2012
Saldo inicial	1.497	1.756
Adições	5.618	445
Reversões	(8.220)	(872)
Encargos e atualização monetária	5.008	1.497
Saldo final	5.008	1.497

(ii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo o risco judicial transitado em julgamento, na época há mais de dois anos, e com valor líquido definido nos autos. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal substituição do pólo ativo, decisão essa que, quanto a este ponto, também já transitou em julgamento.

Com o trânsito em julgado, a Companhia passou a ser detentora inequívoca do crédito tributário, constando definitivamente como autora nos autos do processo, sem qualquer possibilidade de questionamento por parte da União em relação ao valor do indébito, bem como quanto à substituição de pólo.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui R\$ 146.467 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo não circulante, compostos por R\$ 145.200 dos créditos referidos acima e R\$ 1.267 de créditos reconhecidos em 2013, uma vez que a administração da Companhia tem a expectativa de receber o montante total dos créditos no prazo máximo de 60 meses, incluindo a sua atualização monetária - IPCA-E mais 1% ao mês - a partir de 2014.

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09

A partir da transferência do crédito e da substituição de pólo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$ 64.554, fazendo-o no período de janeiro a dezembro de 2003. Em 2005, com base em suposta vedação legal à compensação realizada, a Receita Federal do Brasil lavrou contra a Companhia auto de infração desconsiderando a compensação efetuada.

Muito embora a administração da Companhia, amparada por seus advogados, entenda que a compensação dos tributos tenha sido realizada no amparo da Lei, a Companhia optou pela adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941/09 em razão dos benefícios e dos montantes envolvidos, tanto do passivo quanto dos créditos tributários adquiridos.

Sendo assim, foi necessária a desistência da discussão administrativa e a renúncia à discussão judicial sobre a compensação realizada na época, aderindo a Companhia ao parcelamento e cujo valor atualizado, incluindo multa e juros, montava a R\$ 133.887 em 31 de dezembro de 2009. Com a adesão ao parcelamento, a Companhia obteve, em 2009, os seguintes benefícios: (i) redução da dívida no valor de R\$ 21.852, correspondente a parcela de multa e juros; e (ii) compensação de prejuízos fiscais no montante de R\$ 47.481. Assim, o saldo remanescente, correspondente ao valor principal de R\$ 64.554, compensado à época, foi objeto de parcelamento em 180 meses. Adicionalmente, foram cessados os efeitos de auto de infração que a Receita havia lavrado contra a Companhia, desconsiderando a compensação realizada.

O saldo atualizado do parcelamento a pagar supracitado, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 6.915 e R\$ 67.993, e está incluído no montante registrado na rubrica Tributos a recolher, no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição

Considerando a opção pelo parcelamento do débito objeto da compensação comentada, a Companhia retornará a satisfação de seus créditos tributários por via da ação de execução própria, cujo montante atualizado pelo critério estabelecido na sentença judicial, IPCA-E mais 1% ao mês, é de R\$ 186.039 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 169.836 em 31 de dezembro de 2012).

O reconhecimento nas demonstrações financeiras foi feito pelo custo de aquisição dos referidos créditos, acrescido pela atualização definida em sentença judicial, que em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 145.200 em R\$ 129.846 em 31 de dezembro de 2012. O registro pelo custo de aquisição atualizado está fundamentado em entendimento exarado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através de seu ofício nº 379/07 de 5 de dezembro de 2007, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2013, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 40.839 (R\$ 39.990 em 31 de dezembro de 2012), será registrada nas demonstrações financeiras à medida que os créditos sejam realizados através do recebimento via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatório está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravo de Instrumento e Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

(iv) Ação Civil Pública na Unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se na fase instrutória, aguardando a realização de perícia médica. A perícia técnica já foi realizada. Adicionalmente, a Companhia foi notificada de diversas ações civis indenizatórias por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda e que não tange à solicitação nos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações civis citadas no parágrafo anterior. Das ações civis individuais acima mencionadas, a de 4 de julho de 2011 a Companhia obteve sentença favorável em 1ª instância para a qual a Vara Cível de Paranaguá, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2013, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 40.839 (R\$ 39.990 em 31 de dezembro de 2012), será registrada nas demonstrações financeiras à medida que os créditos sejam realizados através do precatório via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatório está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravo de Instrumento e Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

(v) Ação Civil Pública na Unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se na fase instrutória, aguardando a realização de perícia médica. A perícia técnica já foi realizada. Adicionalmente, a Companhia foi notificada de diversas ações civis indenizatórias por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda e que não tange à solicitação nos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações civis citadas no parágrafo anterior. Das ações civis individuais acima mencionadas, a de 4 de julho de 2011 a Companhia obteve sentença favorável em 1ª instância para a qual a Vara Cível de Paranaguá, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2013, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 40.839 (R\$ 39.990 em 31 de dezembro de 2012), será registrada nas demonstrações financeiras à medida que os créditos sejam realizados através do precatório via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatório está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravo de Instrumento e Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social é de R\$ 448.746 e está representado por 48.471.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

(b) Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída, após a absorção de prejuízos acumulados, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva legal poderá tratar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6404/76, exceder 30% do capital social.

Incentivos fiscais

Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a instrução CVM 555/08, que aprovou o pronunciamento CPC 7 - Subvenção e assistência governamental, a partir de 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de Lucros - Incentivos fiscais. Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios. Ver comentários adicionais na Nota 19 (d).

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrada na data de transição para CPCs e IFRS, em consonância com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o IPC 10 - Interperação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

(d) Destinação dos resultados e Reservas de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a reformar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e a qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no montante de R\$ 23.351, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2013, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, poderão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2011	2012	2013	Total
PSDI (1)	87.846	23.192	23.351	134.389
Outros incentivos recebidos	4.374	1.083	-	5.457
	92.220	24.275	23.351	139.846

(1) Programa Sergipiano de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado de Sergipe.

20. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	2013	2012
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(33.904)	(2.466)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(0,695)	(0,050)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias (prejuízo) por ação, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Controladora	2013	2012
Vendas brutas de produtos	5.502.809	5.394.722
(-) Deduções de receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e devoluções das vendas	(29.987)	(26.523)
Despesas com pessoal (Nota 26)	(68.238)	(60.734)
Impostos sobre as vendas	23.351	23.192
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	5.427.935	5.330.657

22. Custo e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Controladora	2013	2012
Matérias-primas e materiais de produção	4.547.597	4.542.716
Despesas com transporte	193.728	169.946
Despesas com pessoal (Nota 26)	199.696	174.922
Despesas com energia	82.199	64.563
Depreciação e amortização	47.606	45.056
Participação nos lucros (Nota 26)	7.359	6.526
Despesas com publicidade	1.478	4.502
Arrendamentos mercantis operacionais (Nota 25)	5.767	4.654
Outros gastos	132.444	124.624
	5.217.874	5.137.508

Classificados como:

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	4.776.665	4.749.389
Despesas com vendas	349.600	303.589
Despesas gerais e administrativas	91.609	84.530
	5.217.874	5.137.508

23. Variação cambial, líquida

Variação cambial ativa

Controladora	2013	2012
Variação cambial ativa	75.509	158.589
Variação cambial passiva	(301.770)	(268.943)
	(226.261)	(110.354)

24. Despesas e receitas financeiras

Controladora	2013	2012
Despesas financeiras	(118.691)	(67.320)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	(78.163)	(74.951)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(78.667)	(90.133)
Despesas com ajustes a valor presente	(35.740)	(35.614)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(357)	(769)
Variações monetárias passivas	(311.618)	(268.787)
Receitas financeiras	19.687	17.978
Receitas com ajustes a valor presente	59.685	53.153
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)		



FERTILIZANTES HERINGER S.A. | CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

A Diretoria-Executiva efetuou sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 21 unidades misturadoras da Companhia.

Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras.

Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras.

Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

	2013			2012		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas	-	5.502.808	5.502.808	-	5.394.722	5.394.722
Deduções e impostos sobre vendas	-	(74.873)	(74.873)	-	(64.065)	(64.065)
Receita líquida de vendas	-	5.427.935	5.427.935	-	5.330.657	5.330.657
Custos dos produtos vendidos	(25.750)	(4.750.915)	(4.776.665)	(27.804)	(4.721.585)	(4.749.389)
Lucro (prejuízo) bruto	(25.750)	677.020	651.270	(27.804)	609.072	581.268
Despesas operacionais	-	(430.981)	(430.981)	-	(379.553)	(379.553)
Despesas financeiras, líquidas	-	(273.462)	(273.462)	-	(209.673)	(209.673)
Lucro (prejuízo) operacional	-	(53.173)	(53.173)	-	(7.958)	(7.958)
Imposto de renda e contribuição social	-	19.269	19.269	-	5.492	5.492
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(33.904)	(33.904)	-	(45.056)	(45.056)
Depreciação e amortização	11.834	35.772	47.606	11.886	33.170	45.056
EBITDA	(13.916)	281.811	267.895	(15.918)	262.689	246.771

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	2013	2012
Sudeste	2.825.577	2.778.912
Centro-Oeste	1.141.235	1.175.304
Norte-Nordeste	662.315	741.343
Sul	873.680	699.163
Receita bruta de vendas	5.502.808	5.394.722

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

Tipos de produto	2013	2012
	Convencionais	3.319.726
Diferenciados	2.108.509	2.033.160
Venda Industrial	74.573	74.274
Receita bruta de vendas	5.502.808	5.394.722
Cultura	2013	2012
	Cana	942.113
Soja	1.028.575	940.674
Milho	1.113.312	1.040.424
Café	784.681	874.253
Reflorestamento	319.269	339.913
Outras	1.314.859	1.196.254
Receita bruta de vendas	5.502.808	5.394.722

Conselho da Administração

Nome	Cargo	Data da eleição	Prazo do Mandato
Dalton Dias Heringer	Presidente	10.04.2013	2 anos
Dalton Carlos Heringer	Vice-Presidente	10.04.2013	2 anos
Almir Gonçalves de Miranda	Conselheiro	10.04.2013	2 anos
Roberto Rodrigues ⁽¹⁾	Conselheiro Independente	10.04.2013	2 anos
Mailson Ferreira da Nóbrega ⁽¹⁾	Conselheiro Independente	10.04.2013	2 anos

⁽¹⁾ Conselheiro Independente.

Parer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia FERTILIZANTES HERINGER S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e o estudo técnico de viabilidade de geração de lucros tributáveis, trazidos a valor presente, que tem por objetivo a realização de Ativo Fiscal Diferido, de acordo com o artigo 4º, da Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e a vista do parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, apresentado sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2014. Após estes exames, opina no sentido de que os mencionados relatórios, estudos e demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, manifestando-se, na forma do artigo 163 da Lei no. 6.404/76, favoráveis à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Viana – ES, 27 de fevereiro de 2014.

Pedro Gilberto de Souza Gomes

Presidente do Conselho Fiscal

Alfredo Gonçalves Martins

Conselheiro

Silvio Camargo

Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fertilizantes Heringer S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 27 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Lúis Alexandre Marini
Contador
CRC 1SP182975/O-5

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de juros

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
CDI	-25%	-50%	25%	50%
"Hedge" - "Swap"	7,33%	4,89%	12,21%	14,66%
	27.039	30.869	19.574	15.933

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Cotação do dólar	-25%	-50%	25%	50%
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	R\$ 1,7570	R\$ 1,1713	R\$ 2,9283	R\$ 3,5139
Financiamento de importação	219.192	438.385	(219.192)	(438.385)
Demais contas a pagar	170.131	340.262	(170.131)	(340.262)
	876	1.753	(876)	(1.753)
	390.200	780.400	(390.200)	(780.400)

• Juros

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
CDI	-25%	-50%	25%	50%
Debêntures	7,33%	4,89%	12,21%	14,66%
	(19.131)	(12.763)	(31.867)	(38.262)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "I" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2013, este índice ficou em 18,7%. O Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2012 autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2013.

29. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 14.433, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 4.473.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

30. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	2013			2012		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	3.705	688.159	691.864	3.886	848.043	851.929
Imobilizado	85.962	391.515	477.477	97.709	394.356	492.065
Demais ativos	-	1.827.357	1.827.357	-	1.717.117	1.717.117
Total dos ativos	89.667	2.907.031	2.996.698	101.595	2.959.516	3.061.111

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Como anteriormente citado na Nota 18, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) na intervenção ilegal em Área de Preservação Permanente ("APP") e em área de Mata Atlântica; e (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia.

A administração, contudo, contesta judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Atualmente, por força de medida liminar, portando provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

Após impetrar os recursos judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda a realização da perícia médica, sendo que a perícia técnica determinada nos autos já foi concluída, através das quais a Companhia pretende comprovar a viabilidade do empreendimento e a liberação de todo o seu parque industrial, ao final.

Além dos recursos judiciais antes citados, a administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para análise do IAP e do Ministério Público Federal.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas na Nota 18.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 11.834 (R\$ 11.886 em 2012).

31. Informações complementares dos fluxos de caixa

Demonstramos abaixo, transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 que não envolveram desembolsos de caixa e, portanto, tais efeitos foram eliminados na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Transações que não envolvem desembolsos de caixa:		
Aquisição de ativo imobilizado por meio de utilização de créditos de ICMS	17.652	13.433
Aquisição de insumos/embalagens por meio de utilização de créditos de ICMS	9.382	5.277
Aquisição da Maxifertil - parcela a prazo registrada como outras contas a pagar	7.400	9.736
Aquisição da Maxifertil - parcela a prazo registrada como outras contas a pagar - Valor presente realizado	(574)	(1.096)
Aquisição da Maxifertil - ágio	-	2.897

Diretoria

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Dalton Carlos Heringer	10.04.2013	2 anos	Diretor-Presidente e Administrativo
Rodrigo Bortolini Rezende	10.04.2013	2 anos	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	10.04.2013	2 anos	Diretor de Suprimentos e Logística
Alfredo Fardin	10.04.2013	2 anos	Diretor Comercial
Ulisses Maestri	10.04.2013	2 anos	Diretor Técnico
Lucimar Antonio Cardozo	10.04.2013	2 anos	Diretor de Controladoria

Rubens Leite de Mattos Contador CRC 1SP163568/O-6 "S" ES